

A UNIVERSIDADE E O JURISTA

Rogério Ehrhardt Soares

Resumo: Neste artigo, o Autor perspectiva a evolução histórica do ensino do Direito e do exercício de profissões jurídicas, com especial acento tónico na Europa, descrevendo de passagem o perfil básico que o jurista obtém e deve obter através de tal formação. Aborda-se ainda o actual debate entre especialização na formação *versus* formação jurídica geral.

Palavras-chave: Ensino do Direito; Licenciatura em Direito; Profissões Jurídicas.

O convite para participar neste colóquio vinha acompanhado da sugestão de que as minhas breves palavras tivessem por tema o ensino do Direito. Contudo limitar-me-ei apenas ao ensino do Direito para juristas. Pois pode ensinar-se Direito como disciplina auxiliar: Direito para economistas, ou para médicos, ou para engenheiros, ou para polícias ou para guardas-florestais... Não são estes ensinamentos – todos perfeitamente legítimos e dignos – que aqui nos vão interessar. O que vai ocupar-nos há-de ser coisa diversa: há-de ser apenas a formação dos juristas. Ou seja, emitir um juízo sobre o sentido daquele sector da Universidade que se propõe sustentar o ensino científico do Direito, com o objectivo de dar aos seus alunos aquela particular formação que lhes permita compreender a variedade das situações da vida numa perspectiva do Direito.

Estabelece-se assim uma relação entre a Universidade e o jurista, que não resulta de qualquer assunção gratuita. Ela significa o reconhecimento dum produto cultural, uma singular criação da nossa civilização europeia. Podemos apreciar ou não esse resultado da História. Podemos eventualmente acreditar em que teria sido mais conveniente entregar a preparação dos utilizadores do Direito a várias escolas profissionais, cada uma dirigida a sua área: uma escola para magistrados, outra para advogados, outra para notários, etc.. Não podemos, todavia, esquecer que desde a Idade Média se foi cimentando no nosso universo europeu a representação do “jurista”, do “homem de leis”, como aquele personagem que, tendo recebido na Universidade uma formação jurídica unitária, está apto a pô-la ao serviço dum amplo leque de ocupações profissionais.

De alguns anos a esta parte ouvem-se, contudo, perguntas sobre a formação unitária dos juristas corresponde às exigências das várias carreiras profissionais; se ela não defrauda expectativas dos aprendizes de jurisprudência; se, finalmente, não vem a importar em custos sociais exorbitantes.

Responder a estas interrogações implica, antes do mais, ter notícia clara da evolução desse especial produto que é o jurista e confrontá-lo com a situação dos nossos dias.

Ora bem, quando as Universidades se criaram e propuseram fornecer um estudo científico do Direito, foram dar origem a uma classe, a dos juristas, que rapidamente se insinua entre os estratos tradicionais da sociedade. E que exprime uma nova forma de prestação de trabalho.

Mas não-de ser as mudanças da organização política e social operadas a partir do século XV que verdadeiramente abrem largas áreas à fixação dos juristas. Os monarcas, interessados em abalar as estruturas feudais ou senhoriais dos seus territórios, encontram nos juristas um aliado caído do Céu. O direito novo, que as Universidades tinham começado a ensinar, e a retórica posta ao serviço da supremacia do príncipe são dois preciosos instrumentos para a segura construção duma figura política original, que viria a dar pelo nome de o Estado. Ninguém aqui deixará de se lembrar do Mestre João das Regras. No momento precursor em que ele invoca o primado das razões nacionais sobre as lealdades tradicionais, ao fundar a legitimidade da dinastia de Avis, está a garantir a sobrevivência do reino. No mesmo sentido, as novas formas políticas que, entrando o Renascimento, se estabilizam por toda a Europa fazem dos juristas altos funcionários e conselheiros da coroa. Ou chamam-nos a preencher os novos tribunais do rei, que inexoravelmente substituem os julgados senhoriais ou das administrações locais. Ou são advogados. Ou, à medida em que a máquina administrativa do Estado se diversifica, oferecem as suas aptidões para o desempenho de novas tarefas. Assim, por toda a Europa Continental, não faltam campos em que os juristas desenvolvam a sua actividade.

Mas se o território de fixação do jurista se vai alargando, já não pode dizer-se o mesmo da simpatia que a sociedade lhe dispensa. Pois o jurista será um mal-amado pela aristocracia, que justamente lhe imputa uma boa parte da responsabilidade na perda seus privilégios; ou que ressentido a concorrência dos *parvenus* duma *noblesse de robe*. E no outro extremo de espectro social, o jurista será olhado com suspeita pela camada popular, para quem o direito que ele agora utiliza é uma coisa misteriosa; coisa tão diferente dos velhos costumes locais que só pode mesmo compreender-se como um produto diabólico inventado para oprimir ainda mais os pobres. Com arrepiante realismo, Shakespeare, ao tomar como tema as perturbações sociais do começo da Guerra das Duas Rosas, introduz no drama Henrique VI (parte 2.^a, Acto IV, Cena II), um momento em que o revolucionário Cade promete aos amotinados um reino de felicidade, onde, entre outras maravilhas, sete pães de meio penny se venderão por um penny, e todos comerão e beberão à custa do rei. E logo o magarefe Dick, exaltado, propõe que “A primeira coisa que fazemos... vamos matar todos os juristas” (“*The first thing we do, let’s kill all the lawyers*”). E para que não restem dúvidas, logo ali executam o tabelião de Chatham, que sabe ler e escrever e fazer registos e confessa a felonía de ser capaz de assinar o próprio nome.

Desta maneira a profissão de jurista converte-se, especialmente nas épocas de crise, numa profissão de risco, como tragicamente se há-de ver durante as Guerras dos Camponeses, que, no começo do século XVI, dilaceram a Europa Central.

Mas, ao longo dos tempos, o jurista consegue resistir e, singularmente, preservar a fisionomia que a Universidade desde o começo lhe imprimiu. Pois a sua cultura profissional caracteriza-se mais pela presença de certas qualidades de pensamento do que pelo domínio exaustivo de conhecimentos técnicos. O duradouro contacto com a experiência hermenêuticas vai paulatinamente formando no aprendiz de jurisprudência uma especial capacidade de compreender e actuar sobre as situações da vida. São estas qualidades que convertem o jurista numa figura imprescindível da sociedade europeia dos tempos modernos. Por elas o jurista será admirado e odiado, protegido e atacado.

A que mais depressa salta à vista será o culto da objectividade. Perante um problema, o jurista guardará uma total neutralidade, pondo de lado as suas convicções pessoais. Pois na sua actividade profissional conhece uma só lealdade: a que o vincula ao Direito.

Outra marca de carácter do jurista, ligada à anterior, será a aptidão para assumir com tranquilidade um problema alheio, reduzi-lo ao essencial e sujeitá-lo até o fim à prova de argumentos contraditórios. Depois deste processo de recorte esquizoide o jurista está habilitado a produzir com modéstia uma solução. Uma solução em que acredita, pois foi a única que esforçadamente encontrou. E, todavia, sabe que ela não é necessariamente definitiva. Ora aqui está uma coisa que os não juristas são incapazes de entender: que dois homens de leis possam, honestamente, encontrar soluções diversas para o mesmo problema.

O *incómodo-jurista*, apesar de tudo, continuará até os nossos dias a ter um lugar assegurado nas magistraturas, na advocacia, no notariado, nas profissões registrais. E a ir convencendo do préstimo dos seus talentos nas administrações públicas e, com o andar dos tempos, nas próprias administrações privadas.

Não se acredite, porém, que depois dos acontecimentos do período inicial, o processo tenha sido tranquilo – aqui e ali o *incómodo-jurista* volta ser o *jurista-ameaçado*. Tal acontecerá mesmo com as ocupações exclusivamente jurídicas, a começar pela magistratura judicial. Situações dramáticas surgem nas experiências totalitárias, como se viu no nacional-socialismo, que foi capaz de classificar o jurista entre os criminosos e demitir em massa os juízes; ou de igual modo se passarão as coisas nas democracias populares, quando dispensam os advogados e transformam os tribunais em instrumento da ditadura do proletariado. O que quer dizer que o jurista é substituído por uma contrafacção grosseira. E não foi por acaso que, pouco tempo depois da transmissão da soberania a Moçambique, o governo do novo país viesse extinguir a única Faculdade de Direito, acabada de criar no “Período de Transição”.

Mas outros e diferentes motivos de preocupação hão-de surgir agora com a abertura da nossa sociedade a uma dimensão técnica. A afirmação crescente

dum novo modelo de profissional, o técnico, não anuncia, é certo, *pogrons* sangrentos contra os homens de leis. Mas indubitavelmente traz ao mercado de trabalho um concorrente perigoso, que em pouco tempo ocupa muitos lugares até aí oferecidos ao jurista.

Pior que isso, contudo, é a instalação duma mentalidade tecnocrática, que pode mesmo contaminar os servidores do Direito. Numa sociedade dominada pelos valores da eficiência, da produtividade e da rapidez, a admiração pende para os seus sacerdotes. Entre o jurista lento, incapaz de afirmar soluções definitivas, e o técnico desenvolvido na sua pretensão de garantir resultados certos, os ventos do tempo parecem soprar a favor do segundo. E, apesar de as pontes também caírem, os lugares na administração pública e nas administrações privadas começam a ser preenchidos por engenheiros. Quando se percebe que a fórmula não é mágica, regressam os juristas. E logo vem o tempo dos economistas; e depois o dos gestores... E novos candidatos se perfilam.

Não admira portanto que, desde a 2.^a Guerra Mundial, vamos encontrar na literatura jurídica uma recorrência do tema do *jurista-ameaçado*.

E compreende-se ainda que, cada vez mais, se desinquietem os espíritos e se interroguem os juristas sobre se não é altura de começar a organizar de forma diferente a sua preparação profissional. Numa sociedade acentuadamente tecnicizada, acredita-se facilmente em que deva corresponder a cada uma das ocupações abertas aos licenciados em Direito uma formação específica. Contudo – não nos iludamos – a resposta afirmativa equivale apenas a uma ligeira mudança na imprecação revolucionária do carniceiro Dick: em vez de “Vamos matar todos os juristas!” ela soará “Vamos matar o Jurista!”.

Até onde são reais os perigos?

Desde logo há uma situação preocupante, que não toca exclusivamente o ensino do Direito, mas todos os cursos universitários. Refiro-me ao sistema do ensino básico e secundário, que, embevecido, atira sobre as universidades multidões de jovens que nem sequer sabem ler correctamente. Todos os docentes universitários têm as suas queixas e vão-nos rosnando. O problema é angustiante para as Universidades, mas não é um problema da Universidade. Continuamos ao menos a desabafar: que juristas se podem preparar com alunos incapazes de aprender o sentido dum texto ou de ordenar por escrito três argumentos?

Mas num outro plano, os problemas já exigem uma posição das universidades. É o que desde logo se passa com o movimento a favor da especialização nos cursos de Direito, ou seja, contra a solução tradicional, sempre voltada para a formação do jurista geral.

Por trás disto apresentam-se, em primeiro lugar, motivações de economia social: para que vão manter-se cursos de Direito longos e dispendiosos, que retardam a chegada dos jovens ao mercado do trabalho, só porque se pretende oferecer uma preparação global?

Por outro lado a especialização daria resposta às inclinações naturais dos alunos, dispensando-os de estudar coisas que não lhes interessam.

E em muitos casos, sem que isso se confesse, o que suscita a ideia das licenciaturas jurídicas paralelas é a convicção ingénua de quem, por ter chegado tarde à civilização técnica, supõe que aí a moda é ainda a de ontem, isto é, a da especialização como solução universal.

Continuamos então a perguntar: devem as universidades manter-se fieis à ideia do jurista-geral?

A resposta correcta parece-nos ter sido dada na Alemanha pelo chamado “Lademberger Manifest”, o qual, depois de colher geral aplauso, determinou a reforma do ensino do Direito de 2000. O tema desse movimento é o de que o objectivo do ensino do Direito não é a preparação de técnicos de Direito, mas a obtenção de juristas cientificamente formados. Só esse “Einheitsjurist” pode dispor de capacidade de, mantendo uma clara faculdade de juízo, se introduzir facilmente em novos problemas.

Mencionemos ainda que esta decidida tomada de posição não esquece o alarme que soa hoje no campo oposto. É que a cultura da sociedade industrial acreditou durante algum tempo na urgência duma especialização generalizada. Agora, porem, está a confessar não se ter apercebido de que o desenvolvimento trepidante das técnicas acarreta que não sejam apenas os equipamentos a ficarem obsoletos, mas que também os técnicos sofram rapidamente a usura do tempo e sejam descartados como máquina ferrugenta.

Deste modo reconhece-se que o ensino formativo do Direito oferece, além do mais, a garantia da mobilidade profissional, particularmente vantajosa nos nossos dias.

Se estamos convencidos de que a manutenção da figura do jurista unitário é a solução recomendada, não podemos esquecer-nos de que ela pode encontrar dificuldades no clima criado pelas instituições europeias, particularmente quanto à duração dos cursos. Acreditamos, contudo, em que os juristas queiram continuar a ser juristas e a justificar a polivalência das suas aptidões.

Mas, para defender um jurista unitário capaz de responder às solicitações do nosso tempo, não se torna preciso descaracterizar a licenciatura que temos. Basta utilizar cuidadosamente os tipos de soluções que os planos de ensino já oferecem.

Pense-se, para começar, numa revitalização dos “*soft skills*”, as disciplinas auxiliares, como as línguas estrangeiras, a economia, a teoria e a prática da negociação, etc. O aumento da carga de trabalho com estas disciplinas poderia aí ser compensado com uma avaliação de conhecimentos mais liberal.

Todavia deve continuar a pôr-se todo um cuidado muito especial no ensino das cadeiras formativas ou cadeiras base.

Finalmente a ênfase na dimensão formativa não impede que na parte terminal do curso se mantenham as tradicionais cadeiras de opção, destinadas a satisfazer curiosidades particulares dos alunos.

Depois de isto tudo parece-nos que é tempo de concluir: ficamos com a convicção de que, muitas vezes, o problema do ensino nas faculdades de Direito é afinal um daqueles enigmas que trazem dependurada a própria chave.

Peço, assim, que me permitam só mais um desabafo: tudo isto me recorda com frequência a angústia daquele homem que, inadvertidamente, trancou o seu automóvel com a chave de ignição e depois se esforçava por abrir com um arame – enquanto a mulher, sentada dentro do veículo, dirigia a manobra:

“Mais para a esquerda!...

Mais para cima... mais para cima”

Muito obrigado pela infinita paciência com que me escutaram.